

Maricultura e território em Santa Catarina - Brasil*

Maria Ignez S. Paulilo**

Resumo

O mar é um importante fornecedor de alimentos no mundo e principal fonte de proteína para aproximadamente um bilhão de pessoas, daí a relevância da maricultura, especialmente a de pequeno porte. No Estado de Santa Catarina temos mitilicultura e ostreicultura. Apesar de a maricultura comercial ser recente no Brasil, tendo se iniciado em Santa Catarina em 1990, está se expandindo significativamente. Por sua semelhança em termos organizacionais com o cultivo da terra, está incluída nos programas de desenvolvimento rural, ligados ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento. O principal objetivo de nosso trabalho é mostrar como a apropriação comercial do mar faz com que ele deixe de ser um “espaço” e passe a ser um “território”, no sentido de ser definido por e a partir de relações de poder, permeadas por conflitos entre pesca artesanal & pesca industrial; especulação imobiliária e turismo & populações tradicionais; ambientalistas & populações extrativistas etc.

Palavras-chave: aquíicultura, território, trabalho familiar, sustentabilidade.

Abstract

The sea is an important food source throughout the world and the principal source of protein for approximately one billion people. For this reason aquaculture is so important, especially when conduct on a small scale. Santa Catarina State has small scale

* Trabalho apresentado no IV Coloquio sobre Transformaciones Territoriales. Montevideo, 21 a 23 de agosto de 2002.

** Professora Titular do Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC e Pesquisadora do CNPq (ipaulilo@terra.com.br).

mussel- and oyster-raising projects. Although commercial aquaculture is recent in Brazil, after being initiated in Santa Catarina in 1990, it is expanding significantly. Because its similarity with land cultivation, aquaculture is included in rural development programs under jurisdiction of the Ministério da Agricultura e do Abastecimento (Ministry of Agriculture and Supply). The principal goal of this study is to show how the commercial appropriation of the sea causes it to be transformed from a “space” into a “territory”, in the sense that it is defined by power relations. These relations are permeated by conflicts between cottage fishing and industrial fishing; between real state speculation and tourism and traditional populations; between environmentalists and extractive communities and others.

Key-words: aquaculture, territory, familiar labor, sustainability.

Segundo Molnar (2000), o mar é um dos mais importantes fornecedores de alimentos no mundo e a principal fonte de proteínas para cerca de um bilhão de pessoas. Para pelo menos 150 milhões a pesca não só é vital para a nutrição, como é também uma fonte não desprezível de renda e emprego. Além disso, como consta na declaração resultante da “Conference on Aquaculture in the Third Millenium”, realizada em Bangkok (Tailândia) em 2000, a aqüicultura é o setor de produção de alimentos que, nas últimas três décadas, está crescendo de maneira mais rápida mundialmente. Enquanto esta atividade cresce 8% ao ano, a criação de gado cresce 3%, e a pesca, 1,5% (RANA, 1997 apud VINATEA, 2000, p. 3).

Os crescentes investimentos na aqüicultura e sua expansão tornam-se perfeitamente compreensíveis quando vemos que as regiões pesqueiras estão em declínio e que esta decadência tende a aumentar conforme cresce a população. Segundo informações da revista

The Ecologist¹, citadas por Vinatea (2000, p. 75), nove das 17 maiores regiões pesqueiras do mundo apresentam franco declínio, e quatro delas já estão esgotadas. Molnar (2000) confirma tal quadro, afirmando que 70% das espécies mundiais mais importantes e 11 das 15 maiores áreas pesqueiras estão em declínio.

O cultivo da água como nova forma de produção

A aquícultura, ou seja, o cultivo da água pode ser feito tanto em lagos e açudes de água doce quanto no mar (maricultura), sendo as espécies diferentes em cada caso. O cultivo em água doce é realizado em pequenas propriedades rurais como forma de complementar a alimentação e a renda das famílias e, também, de obter um fertilizante orgânico através da utilização do lodo que se forma no fundo dos poços de água. Quanto à maricultura, segundo dados da Federação das Associações de Maricultores de Santa Catarina – FAMASC (2002), temos que no Brasil se cultivam quatro espécies de molusco (malacocultura): o mexilhão (*Perna perna*), a ostra japonesa (*Crassostrea gigas*), a ostra nativa (*Crassostrea rhizophorae*) e a vieira (*Nodipecten nodosus*). Há também cultivo de camarões (carcinicultura).

Segundo dados de Diegues de 1995, citados por Vinatea (2000), no mundo todo existem dez milhões de pescadores artesanais e, no Brasil, 550 mil, agrupados em 299 colônias² que se

¹ Special Double Issue “Overfishing, cause and consequences”, vol 25, n. 2/3, March/April 1995, p. 42.

² Os pescadores brasileiros organizam-se na forma de colônias em vários níveis: municipal ou distrital, estadual (federações) e nacional (confederação). As colônias são sociedades civis, sem fins lucrativos, com forma e natureza jurídicas próprias. Congregam tanto pescadores profissionais como os que pescam para subsistência. São administradas por diretoria eleita a cada três anos, e as decisões são tomadas em assembléias gerais (VINATEA, 2000). As colônias foram criadas pelo governo federal em 1922. A constituição de 1988 deu-lhes atribuições de sindicato.

espalham pelo litoral. Ainda de acordo com Vinatea (2000), da produção brasileira total de pescado o mar contribui com a maior parte, tendo sido esta, em geral, superior a 60%. Apesar da imensidão de sua costa (8,5 mil quilômetros), o Brasil não é auto-suficiente quando a este tipo de produto, tendo que importar milhares de toneladas todo ano. Mesmo assim, o consumo da população está aquém do ideal. Cada brasileiro consumia, em meados da década de 90, em média 5,5 quilos de peixe anualmente, número quatro vezes inferior ao recomendado pela Organização Mundial da Saúde. Para atingirmos a suficiência, deveriam ser produzidas 3,2 milhões de toneladas por ano.

Informações do Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina - Instituto CEPA/SC (2000b) mostram que, dos anos oitenta até 1997, a produção brasileira girou em torno de 785 mil toneladas. As exportações têm permanecido estáveis, apresentando uma média de 24,9 mil toneladas, enquanto as importações têm sido bem mais altas, 195,7 mil toneladas em 1998 e 169,1 mil toneladas em 1999, por exemplo.

O litoral de Santa Catarina tem uma costa de 561,4 quilômetros de extensão. Possui inúmeras praias de mar aberto, mas, por sua fisiografia recortada (especialmente a região centro-norte), apresenta também áreas protegidas das intempéries como baías, estuários e enseadas, facilitando o manejo dos cultivos. Por estas características têm-se excelentes condições tanto para a pesca como para a maricultura.

A produção de pescado em Santa Catarina tem se mantido, nos últimos anos, em torno de 130 mil toneladas anuais (INSTITUTO CEPA, 2000b), havendo variações devido ao desembarque errático de sardinha, e estão presentes dois tipos de pesca: a industrial e a artesanal.

Há, no Estado, uma nítida tendência ao aumento da pesca industrial em detrimento da artesanal. Branco e Rabelo (1994 apud VINATEA, 2000, p. 54) mostram que, no período de 1984 a 1990, a frota industrial foi responsável por 84% do pescado capturado no mar, enquanto a frota artesanal foi responsável por 16%, tendo esta

porcentagem diminuído para 8% entre 1991 e 1993. Dados mais recentes fornecidos pelo Instituto CEPA (2000b) confirmam esta tendência. Em 1998, em uma produção de 133 mil toneladas de pescado, apenas 7% resultou da pesca artesanal, e 93%, da industrial. Segundo a mesma fonte, a pesca em Santa Catarina já alcançou seu limite máximo sustentável de captura.

Diante do exposto, fica claro porque a maricultura está adquirindo importância crescente em Santa Catarina. Os primeiros passos foram dados na década de 80, com pesquisas realizadas pelo Departamento de Aqüicultura da Universidade Federal de Santa Catarina, que teve o apoio da Secretaria de Agricultura do Estado, primeiro através da extinta Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina – ACARPESC e, depois, da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI. De 1985 a 1988, teve apoio também do Banco do Brasil (VINATEA, 2000; LCMM, 2002 e FAMASC, 2002). Começaram, então, a ser desenvolvidas em águas catarinenses a mitilicultura (mexilhões) e a ostreicultura (ostras). Mexilhões e ostras são moluscos (malacocultura). Em 1986, o Laboratório de Mexilhões - LAMEX, ligado à Universidade Federal de Santa Catarina, desenvolveu pesquisas sobre uma espécie nativa de mexilhões. O Laboratório de Cultivo de Moluscos Marinhos (LCMM) da Universidade Federal, criado em 1994, começou a produzir sementes de ostra (não nativa) e repassá-las aos produtores para a engorda.

Em 1989, estabeleceu-se a maricultura em escala comercial com boas perspectivas de expansão. Segundo dados da EPAGRI, citados por Vinatea (2000), no início tinham-se 12 unidades de cultivo em caráter experimental e, em 1996, existiam mais de 100 áreas de cultivo, havendo cerca de 600 profissionais cadastrados, produzindo mais de 5.000 toneladas de moluscos cultivados. No ano seguinte, 1997, eram 750 os profissionais, e a produção, 7.000

toneladas, o que colocou o Estado como o maior produtor do Brasil de ostras tipo *Crassostrea gigas* e mexilhões *Perna perna*³.

Santa Catarina é o maior produtor de mexilhões do País e da América Latina. Sua produção cresceu cerca de 1.742% no período 1990/1995. Esta atividade se transformou não só em uma importante fonte de proteínas, como também de empregos, gerando, segundo dados relativos a 1999, aproximadamente 2.000 empregos diretos e 5.000 indiretos. Como a espécie cultivada (*Perna perna*⁴) é nativa, as sementes medindo entre um e três centímetros são obtidas nos estoques naturais, ou seja, nos costões. Colocadas nas estruturas de cultivo, levam de sete a nove meses para atingir o tamanho comercial, que é de sete a oito centímetros (LCMM, 2002, e Instituto CEPA/SC, 2000a). Segundo Vinatea (2000), o ritmo de crescimento dos mexilhões em águas catarinenses mostra condições adequadas, pois, se aqui eles crescem de dois para oito centímetros num período de seis a 11 meses, precisam, para obter o mesmo desempenho, de 18 meses na Espanha, 24 na França e 36 na Holanda. Porém, este mesmo autor alerta para o fato de que o cultivo de molusco cresceu tanto em algumas áreas que superou a capacidade de carga do local e, como consequência, os indivíduos estão levando mais tempo para crescer.

Segundo Vinatea (2000), os impactos ambientais do cultivo de moluscos marinhos são relativamente inócuos⁵, exceto quando há prática intensiva. Os tipos de impactos são: distúrbios

³ Para que não haja mal-entendidos, esclarecemos que há diferenças estatísticas significativas entre as diferentes regiões do Brasil, quer falemos de pescado em geral, quer falemos da produção de mariscos e ostras ou da produção de camarões (carcinicultura). Neste último caso, o Nordeste é, de longe, o principal produtor, sendo responsável por 97% do total produzido (SCHOBER, 2002).

⁴ Esta espécie também é conhecida como “marisco”, “ostra-de-pobre”, “marisco-da-pedra” ou “sururu”.

⁵ Vale esclarecer que o consumo de moluscos pode trazer problemas para a saúde humana mesmo quando não há impacto ambiental. Por serem animais filtradores, quando cultivados em águas inadequadas, eles incorporam vários tipos de poluentes, desde coliformes fecais até metais pesados.

das comunidades naturais de fitoplâncton; deterioração da qualidade da água devido à acumulação de dejetos; contaminação genética dos estoques selvagens; e introdução de espécies que competem com as já existentes ou transmitem doenças aos estoques naturais. O principal impacto, porém, é a deposição de matéria orgânica no fundo dos locais de cultivo. Cem toneladas de mexilhões cultivados causam uma sedimentação de partículas três vezes superior às condições naturais.

Quanto à produção de ostras em Santa Catarina, houve uma tentativa em 1971 que não trouxe continuidade. Em 1985, os esforços foram retomados com o surgimento do “Projeto Ostras”. Um obstáculo a ser superado era a ausência de sementes, pois a espécie cultivada não é nativa, mas isso foi resolvido com a criação do LCMM em 1994. A produção de sementes feitas por este laboratório cresceu de 403.627 sementes, em 1991, para 8.748.666, em 1999, e a produção de ostras cultivadas passou de 42.900 dúzias, em 1991, para 210.000, em 1998 (cerca de 314 t), o que mostra um aumento de cerca de 490%. Há, no Estado, 67 produtores, sendo 52 em Florianópolis (LCMM, 2002, e Instituto CEPA/SC, 2000a).

Apesar de o LCMM ter incrementado anualmente sua produção de sementes, tendo comercializado, na primeira safra de 2001, 17 milhões de unidades, o fato de este ser, após dez anos, o único laboratório com produção comercial no Brasil tem causado restrições à atividade (FAMASC, 2002).

A produção de mexilhões é totalmente voltada para o mercado interno do Estado, o mesmo acontecendo com 95% da produção de ostras. Os restantes 5% são levados por uma única empresa para os Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná (LCMM, 2002). Em 1999, foi fundada a FAMASC, que procura reivindicar melhores condições de trabalho e a atualização adequada da legislação.

Para finalizar este item, devemos dizer que também houve, em Santa Catarina, uma tentativa de cultivo de camarões marinhos que não prosperou, devido, principalmente, à baixa produtividade

obtida com as espécies nativas. Há experiências bem-sucedidas, iniciadas em 1998, com uma nova espécie – *Litopenaeus vannamei* (EPAGRI, 1999 e Instituto CEPA/SC, 2000b). Informações obtidas junto à EPAGRI informam, ainda, sobre o cultivo de outro molusco, a vieira (pectinicultura), no Estado, principalmente no município de Porto Belo. No momento, o incremento desta atividade se vê cerceado, pois não há fornecimento regular de sementes, tendo estas que serem adquiridas em Angra dos Reis – RJ. Porém, o LCMM já está expandindo suas instalações para produzir sementes da espécie *Nodipecten nodosus*.

Todos os ramos da maricultura implicam novas formas de ocupação das águas costeiras, nem sempre pacíficas. Podem surgir outros conflitos além do já existente entre pesca artesanal e pesca industrial. A introdução de cercados brancos nas águas próximas às praias não agrada aos que valorizam a paisagem, sejam turistas, sejam moradores locais ou agências imobiliárias. Também os ambientalistas preocupam-se com a ocupação desordenada e a superutilização de algumas áreas e, além disso, há tensão entre os donos de barcos quando se sentem cerceados em sua movimentação. Para entendermos melhor estes conflitos, devemos nos deter um pouco em como se dava a ocupação do mesmo espaço na pesca tradicional, porque é de egressos desta atividade que se forma a maioria dos grupos de maricultores.

Pesca e território

Nossas considerações sobre a relação entre pesca e território têm por base as reflexões de Souza (1995) sobre espaço e poder. Para ele, o território é um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Usar indistintamente os termos “território” e “espaço” obscurece, segundo este autor, “o caráter especificamente político do primeiro”, o que fica bastante claro quando se fala em “território nacional”, através da associação com a idéia de Estado, sempre ligada a poder. Restringir o uso do termo “território” a esta escala, porém, seria reduzir as possibilidades analíticas do conceito.

A concepção de poder, Souza a recupera das obras de Hanna Arendt, que o define como “a habilidade humana de não apenas agir, mas agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo. Quando dizemos que alguém está no ‘poder’ estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome” (ARENDRT, 1985 apud SOUZA, 1995). Esta idéia coletiva de poder é muito importante, pois explica por que, embora o poder não necessite de justificativas, sendo inerente à existência de qualquer comunidade política, ele requer legitimidade no sentido weberiano da necessidade de uma crença na “justiça”, ou seja, na “verdade” deste poder por parte de dominantes e dominados.

Outro ponto importante recuperado de Arendt pelo autor citado é a idéia de que poder e violência se opõem, não sendo a segunda uma manifestação extrema do primeiro como querem alguns autores, entre eles Raffestin (1993 apud SOUZA, 1995). Quando o poder já está bem estabelecido, ele se naturaliza. Um terceiro e último ponto levantado por Souza é a afirmação de que uma sociedade autônoma não é uma sociedade sem poder, o que, para ele, seria impossível.

Estes três aspectos têm grande importância para nós neste trabalho. A busca por legitimidade nos faz entender por que há, por um lado, uma tendência em se reproduzirem na maricultura muitos dos costumes da pesca tradicional por parte de ex-pescadores e, por outro, a insistência por novas leis requeridas pelos que vêm de outro grupo social, como empresários, profissionais liberais, entre outros. O segundo aspecto, a idéia de que poder e violência se excluem, permite-nos ver dominação onde é comum ver-se apenas integração, como é o caso dos estudos sobre comunidades, tais como os pequenos agrupamentos pesqueiros. As considerações sobre autonomia nos fazem desistir da ilusão de que “poderes locais” possam ter como substrato o consenso entre os membros de uma localidade. Nesse sentido, as discussões sobre localidade de Marsden et al. (1992), presentes na obra coletiva intitulada

Constructing the countryside⁶, nos foram bastante úteis. Um dos seus cinco colaboradores, Jonathan Murdoch, é retomado por nós em outro texto (MURDOCH & PRATT, 1993).

Estes autores consideram o conceito de “localidade” fundamental nas análises sobre o meio rural, pois ele tem substituído com vantagens os termos “comunidade” e “região”, largamente utilizados nas Ciências Sociais. O primeiro carrega uma ênfase funcionalista excessivamente centrada nas formas de integração. O segundo, embora ainda conserve certa utilidade, não dá conta da reestruturação intra-regional das relações econômicas e sociais. Apesar disso, o significado do termo “localidade” não é unívoco, sendo necessários alguns esclarecimentos.

A discussão sobre a importância do local levanta pontos relevantes sobre a relação entre o social e o espacial, discussão que tem como paralelo uma outra que procura compreender os elos entre estrutura e ação. Mesmo que se tenha claro que qualquer recorte socioespacial deva levar em conta configurações mais amplas, fica sempre a pergunta de como as ações locais reproduzem estruturas mais amplas, sem que haja necessariamente homogeneização entre diferentes localidades. Há, segundo os autores citados, três razões para que as relações socioespaciais sejam vistas como localizadas. A primeira delas é que há ações que sofrem forte limitação local como, por exemplo, a disponibilidade de mão-de-obra, pois trabalho e local de moradia devem andar juntos. Em segundo lugar, temos que qualquer atividade produtiva sempre exige algum grau de imobilidade como, por exemplo, adequação da infra-estrutura. Por último, por mais que se fale em globalização, o capitalismo provocou no mundo todo um desenvolvimento desigual que distingue uma localidade de outra.

Isto posto, é preciso ter claro que as localidades não são homogêneas, por isso há problemas quando são vistas como um “agente”, por mais que se queira enfatizar que é lá que se

⁶ Seus autores são Terry Marsden, Jonathan Murdoch, Philip Lowe, Richard Munton e Andrew Flynn, todos ligados ao London Countryside Change Center.

concretizam as ações. Há diferenças socioeconômicas e culturais entre grupos internos a ela, que se refletem em diferenças de interesse e poder. Quem age são as pessoas e dificilmente em concordância, como enfatizam estes pesquisadores que dão grande importância aos estudos de caso. As forças sociais não são produto de um consenso, mas a resultante de embates entre interesses em conflito. A localidade é uma arena. O poder local não se apóia em uma soma de interesses, mas em alianças que buscam legitimidade social. Nesta busca são elaboradas diferentes construções do real que lutam por hegemonia.

Sendo a localidade um “local de encontros” (*meeting place*), devemos, ao estudá-la, distinguir bem atores e interesses, explicitando todos os pontos de vista envolvidos nas ações. Como proposta metodológica para dar conta da formação de alianças e das formas de legitimação que as sedimentam, os autores se definem pelo que denominam de “estudo de redes”.

Em que pese a importância que os estudos de redes sociais têm adquirido, não foi por esta metodologia que optamos, embora tenhamos incorporado as considerações extremamente ricas sobre o uso do conceito “localidade” feito pelos autores. Explicamo-nos, dizendo que nos interessa menos como se dá a formação de alianças, ou seja, como se dão os processos integradores, que desvendar os conflitos abertos ou potenciais que permeiam a convivência comunitária nos locais onde está se estabelecendo a maricultura.

Ao procurarmos entender o sentido da ação dos grupos envolvidos nesta nova atividade voltada para o cultivo do mar, percebemos que a lógica que rege a apropriação das águas costeiras própria das localidades pesqueiras tradicionais tem grande importância, por isso houve a necessidade de explicitá-la. Este é o momento então de deixarmos explicitada também qual a metodologia utilizada na pesquisa.

A primeira ressalva a ser feita é que a lógica amostral não foi a mesma para as duas situações discutidas: a pesca tradicional e a maricultura. Se no primeiro caso é importante a

representatividade dos casos analisados, no segundo, não, pois não estamos interessados, seja na tipicidade ou frequência dos possíveis conflitos, seja na visão que os atores têm deles. O que nos interessa é levantar questões que ponham em cheque a construção excessivamente homogênea e integradora dos grupos analisados. Como diz Bulmer (1993, p. 98) em seu texto “*Sampling*”, que é parte de uma coletânea por ele organizada (em co-autoria com Warwick) sobre *surveys* e censos no Terceiro Mundo, há tipos de pesquisa que requerem amostras não representativas, entre elas cita as que querem identificar problemas ou gerar hipóteses, que é o nosso caso. Assim sendo, foram entrevistados aleatoriamente pescadores, mulheres de pescadores, maricultores e maricultoras, técnicos e dirigentes de órgãos oficiais e quaisquer outros que nos parecessem, mesmo que só a princípio, informantes-chave⁷. Foram escrutinados também documentos oficiais, legislações e relatórios de ação ou pesquisa em busca de “pistas”.

Quanto à visão do espaço marítimo presente nas populações envolvidas na pesca artesanal, aí sim precisávamos de representatividade, pois queríamos seu pensamento típico, coletivo.

⁷ Para completarmos as informações e abrir espaço para novas indagações, acompanhamos por três dias, em julho de 2000, na cidade de Laguna-SC, um encontro de mulheres pescadoras promovido, entre outros, pela Pastoral da Pesca. Estar lá nos permitiu conversas formais e informais. Em Florianópolis foram entrevistados pescadores e maricultores familiares e/ou suas esposas num total de oito pessoas, das quais três eram ex-pescadores artesanais. Como informantes-chave foram ouvidos o coordenador do Projeto Moluscos da EPAGRI, o responsável pela Gerência do Desenvolvimento da Pesca e da Maricultura da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, um maricultor membro da diretoria da FAMASC e uma extensionista da EPAGRI com larga experiência de trabalho junto a pescadores e maricultores artesanais. Esta pesquisa ainda exploratória teria sido inviável sem a participação dos bolsistas do CNPq Elaine Müller, Valdete Boni, Edenilse Pellegrini e Marco Aurélio Loch, a quem agradecemos e sem o apoio financeiro da FUNCITEC.

Pouco precisamos pesquisar diretamente, pois nos foram de grande valia os muitos estudos existentes sobre o assunto na biblioteca e nos programas de pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Sendo alguns deles da área de Antropologia, apresentavam trabalhos de campo bastante elaborados e com representatividade garantida. Cito como principal exemplo a pesquisa de Beck (1979), que se baseou em técnicas exaustivas de observação. Foram necessárias apenas uma ou outra entrevista para “fechamos o quadro”.

O mar é visto pelos pescadores como um espaço imenso e livre, que é de todos. Nas palavras de Martinello (1992), “o mar é um ambiente inapropriável e indivisível”. Durante as entrevistas, foi preciso insistir muito para que algumas regras de ocupação das águas fossem explicitadas, para além da resposta costumeira de que cada ponto de pesca é de quem chegar primeiro. Esta insistência, porém, teve que ser feita com delicadeza, pois os pescadores se ofendem e reagem diante de qualquer insinuação de que o mar tenha dono. Maldonado (1986 apud MARTINELLO, 1992) sintetiza de maneira clara pontos-chave:

A forma de divisão ou de delimitação do espaço produtivo no mar é feita através do estabelecimento tradicional de bancos de pesca explorados por um ou mais grupos. Através do conhecimento dos caminhos marítimos e do comportamento das diversas espécies de peixe e crustáceo, os pescadores realizam o acesso aos bons locais de pesca. Aqui é importante a tendência ao segredo e à ocultação das rotas, comportamento bastante freqüente num processo de apropriação simbólica do recurso. (MALDONADO, 1986, p. 33).

Os estudos sobre a pesca em Santa Catarina sempre fazem referência ao papel dos costumes no estabelecimento das normas coletivas, mas nem todos mostram o grau de refinamento destas normas que, através de subdivisões capilares, procuram dar conta das múltiplas possibilidades, deixando pouca margem para desavenças. Dois fatores explicam a existência de costumes tão

arraigados: a longa tradição da pesca nas costas catarinenses e a necessidade de ajuda mútua entre os pescadores.

Que a pesca é uma atividade milenar em Santa Catarina tem como prova os inúmeros sambaquis encontrados pelo arqueólogos. Mas a tradição pesqueira, como a conhecemos ainda hoje, chegou junto com os colonizadores açorianos em meados do século XVIII (1748 a 1756), fruto de uma corrente migratória provocada, por um lado, pela difícil situação econômica dos Açores e, por outro, pela necessidade do governo português de povoar a região sul do Brasil, disputada palmo a palmo pelos espanhóis (PIAZZA, 1983).

A necessidade de ajuda mútua é fundamental entre os pescadores. São precisos muitos homens para colocar um barco na água, muitos mais para puxá-lo para fora do mar quando carregado de peixes. Costuma-se tocar o sino da igreja para chamar homens a qualquer hora do dia ou da noite quando isto se faz necessário. Por ser uma atividade exposta à força dos elementos como ventos e tempestades, o perigo é algo sempre presente. Tripulantes de barcos perdidos ou que sofreram falha mecânica em pleno mar têm que contar com a solidariedade de outros pescadores. Cultivar inimizades pode trazer conseqüências dramáticas.

Durante uma entrevista, insistimos muito sobre a possibilidade de conflitos na apropriação dos espaços marítimos entre os pescadores locais, enquanto o entrevistado reafirmava que todos eram amigos e que se respeitavam. Se uma rede já estava estendida em um local, quem chegasse depois teria que se afastar, colocando sua rede de forma a não atrapalhar a pescaria alheia, ou seja, bloquear a “passagem do peixe”. Às vezes podiam surgir discussões, “bate-bocas”, mas que não derivavam em nada mais sério, pois “amanhã ou depois ele também precisa de mim lá fora, precisa de um reboque que o motor quebrou, aí a gente não vai deixar ele lá, já traz”. Porém, se “num dia aquele lá não me ajudou, então amanhã ou depois eu também já não ajudo ele. É assim”.

As desavenças podem ser mais fortes entre pescadores locais e pessoas vindas de fora, como pescadores ocasionais e turistas. Nestes casos “já conversamos em grosseria, briga”.

Não só as normas de ajuda mútua regem as relações de trabalho e de amizade, relações que facilmente se superpõem em uma localidade pequena. A remuneração para cada tipo de atividade é muito bem especificada, evitando-se descontentamentos. Beck (1979), que estudou uma localidade ao norte do município de Florianópolis, explica que a unidade de cálculo é o “quinhão”, termo que antigamente designava meia rede de sardinha e, agora, significa a parte que cabe a um “camarada”, sendo a “camaradagem” formada por pescadores que só têm de si a força de trabalho, não são donos do barco, nem das redes, nem têm funções especializadas como “livreteiro” (contador), “proeiro” etc. Quem desempenha mais de uma função ou, além de pescar, é dono de algum dos equipamentos, tem sua remuneração composta da soma de parcelas correspondentes a cada trabalho ou propriedade. Um barco com sua rede e a tripulação é chamado de “parelha”, daí a expressão “dono de uma parelha”. O dono não necessariamente é também o “patrão”. Há donos de parelha que não saem para o mar, nestes casos contratam um “patrão”, que é quem comanda a vida no barco. O grau de detalhamento com que é feita a contabilidade realmente impressiona um observador leigo. Os peixes são contados um a um.

A partilha, tal como é definida a repartição da produção, ocorre no final da safra. Toda produção comercializada é registrada pelo livreteiro, bem como tudo o que cada membro da camaradagem retirou durante o período em que a sociedade esteve constituída. Assim, 50% cabem à rede, ou aos donos das redes, os outros 50% cabem aos camaradas. Porém, algumas categorias, além do quinhão de camarada recebem mais um ou mais dois quinhões pelo desempenho de certas tarefas especializadas. É o caso do patrão por exemplo, que recebe um quinhão, às

vezes um quinhão e meio, da parte do dono-da-rede, o mesmo acontecendo com os vigias, que recebem também um quinhão, da parte da rede e mais um quinhão da parte dos camaradas. (BECK, 1979, p. 83/84, grifos da autora).

Esta forma de remuneração continua vigente até hoje, como explica um pescador que é dono do barco e da rede, ou seja, é dono da “parelha”:

P. E qual é a parte deles (tripulantes) na pesca?

R. A parte deles (três tripulantes), nós dividimos a quantia em dinheiro conforme a mareada. A mareada é a quantidade de peixes. Eu fico com a metade, e a metade é pros três. Metade do dinheiro é meu, eu sou o dono do material, sou dono da parelha, e a outra metade é dividida pros três.

P. E até quem puxa o barco, quando ele chega, ganha peixe também?

R. Ganha, ganha! Todo mundo ganha. Se tiver 30 pessoas puxando o barco, os 30 vão ganhar cada um o seu peixe pra comer. É um cada um. Se for pouca gente ajudar e for bastante peixe, já leva dois, três peixes cada um. Leva uma corvina, um cação, uma anchova, uma tainha. Muitos não querem levar porque já têm peixe em casa, deixa pra outro dia. No outro dia ele leva.

Quanto mais valioso o peixe, mais estritas as regras, e a tainha é a espécie mais lucrativa. Um exemplo citado por Beck (1979, p. 78/79, grifos da autora) mostra bem a explicitação minuciosa das regras neste tipo de pesca.

Na lagoinha existem 26 redes para pescar tainha, o que não corresponde a igual número de donos-de-rede, pois alguns possuem mais de uma. Estas 26 redes de tainha constituem uma sociedade, dividida em duas emendas de 13 redes cada uma. A sociedade é constituída por um período de dois meses: maio e junho, que é o período da safra. Cada emenda possui dois vigias. Estes, num total

de 4, se colocam em par, um de cada emenda, sobre a rocha do vigia, em cada extremidade da praia. A partir do momento em que é constituída a sociedade, pega-se a marcar o lance, isto é, qual das redes e de qual emenda deverá proceder o cercos do cardume sinalizado pelos vigias. No cercos atuam duas redes: a primeira, ou seja, a que cerca diretamente o cardume; a segunda, que a auxilia e que cerca por trás. Ambas estão marcando o lance de suas respectivas emendas. O critério sobre qual das duas será a primeira a dar o lance é o do primeiro vigia a sinalizar o cardume.

A importância da segunda rede cercar por trás está no fato de que se o número de peixes for superior a 200, é dividido igualmente, entre as duas emendas. Quando isso acontece, a primeira rede assume o último lugar na marcação do lance da sua emenda e a segunda rede volta à posição inicial, até ser a primeira a dar o lance. Caso a segunda rede não auxilie a primeira e o número de peixes seja superior a 200, a sua emenda não recebe a metade dos peixes e a rede passa a ser a última na marcação do lance da sua emenda. E, ainda, no caso do número de peixes ser inferior a 200, não há divisão e cada rede volta à posição inicial na marcação do lance de suas respectivas emendas.

Como se vê, não há igualdade entre os tripulantes de um barco, assim como não há igualdade em terra, existe sim uma hierarquia muito bem estabelecida. A longa tradição de estudos sobre revoltas de populações oprimidas, principalmente camponesas⁸, nos revela que essas revoltas estão mais ligadas a mudanças bruscas de regras que à intensidade da exploração ou ao grau de miséria. Os costumes naturalizam o que é socialmente construído. O relacionamento entre os mais ricos e os mais pobres, entre patrões e camaradas, entre autoridades e população, entre outros, é facilitado pela existência das relações de vizinhança, de

⁸ Ver, entre outros, SCOTT (1990).

parentesco e pelo clientelismo sempre presente. Um outro fator que também reforça a necessidade de integração entre os habitantes de áreas costeiras é que as equipes pesqueiras, as sociedades, são temporárias, devendo ser refeitas a cada safra. Sendo assim, são os “bons patrões” que conseguem os “bons camaradas”.

Entre as tradições da pesca está a de que o mar é um espaço masculino. O trabalho da mulher se circunscrevia, até há pouco tempo, à casa e à “roça”, ou seja, à lavoura. As famílias dos pescadores eram também lavradoras. Atualmente, em decorrência da grande exploração imobiliária ocorrida em boa parte das praias catarinenses, essas terras de plantio desapareceram, embora ainda seja comum as mulheres cuidarem, pelo menos, de um pequeno “quintal”.

A falta de terras para plantar faz com que as mulheres busquem mais e mais trabalhos assalariados. Outro costume que está diminuindo, mas ainda é visível, é a confecção de rendas de bilro pelas mulheres. Tradição portuguesa que se enraizou fortemente nos povoados de colonização açoriana.

O trabalho das mulheres na pesca está ligado ao beneficiamento do produto que é trazido do mar. Elas limpam os peixes, tiram os mexilhões das conchas e, para isso, devem cozinhá-los antes, separam os camarões de suas cascas, desfiam siris e caranguejos etc. Essas tarefas tanto podem ser feitas por cada grupo familiar isolado, como em grupos de mulheres que vendem a força de trabalho. As assalariadas são, em geral, mulheres de pescadores que dispõem, naquele momento, de tempo livre ou têm necessidade de dinheiro. É comum seus maridos passarem meses embarcados em alto-mar, como camaradas, enquanto elas cuidam do sustento da família.

Faz parte também da ocupação destas mulheres a coleta de frutos do mar junto às praias, seja na areia, seja nos costões. Nestes lugares temos os mexilhões, o berbigão, as ostras nativas, as tatuíras e outros.

A tradição feminina voltada para o trabalho familiar na pesca faz com que as mulheres tenham uma visão favorável da

maricultura, pois ela permite não só uma renda maior, como mantém pais e filhos trabalhando juntos. Nos cultivos próximos da praia, as mulheres participam fazendo o manejo. Embora algumas tenham carteira profissional de maricultoras, esta é uma situação rara. Em geral, são os maridos os responsáveis pela atividade, os registros são em seu nome, são eles que recebem os financiamentos e que comercializam. Quando a mulher se responsabiliza é porque tem filhos homens trabalhando junto, e o marido tem outra profissão. Do que observamos, não há mudança significativa na situação subordinada da mulher em relação ao marido nesta passagem da pesca artesanal para o cultivo.

Quanto ao trabalho assalariado feito pelas mulheres, não há mudanças. Como ele é visto como uma “ajuda” na renda familiar, é pouco regulamentado, e elas são mal pagas.

A maricultura e seus principais conflitos

Sendo uma atividade nova, a maricultura não conta com a ajuda da tradição para aplinar arestas que ela mesma cria. A mais visível é a mudança da paisagem. O mar, que era sempre tido como um espaço livre, aparece agora cheio de pequenas cercas brancas, que dificultam a movimentação dos barcos e dos cardumes e quebram a amplitude da visão. Como o mar “não é de ninguém”, não se pode impedir que instalações de cultivo sejam colocadas bem na frente da casa de moradores antigos ou dos que foram lá morar justamente por causa da beleza do horizonte. Ouvimos o relato de um cultivador que teve seus equipamentos seguidamente quebrados durante a noite como forma de protesto dos moradores, tendo sido obrigado a mudar-se de lugar. Assim como os moradores, os donos de barcos também se irritam com os limites impostos à navegação.

Ainda associada à idéia do mar como espaço livre, temos a concepção de que seus frutos são de todos, ou melhor, de quem os achar. A pesca, ao contrário da maricultura, é uma atividade de coleta e não de produção. Por isso, não é raro haver roubos de moluscos durante a noite. Tem-se problema semelhante com

relação à retirada de sementes de mexilhão nos costões. Se alguns produtores tirarem muitas, outros ficam sem nenhuma, e pode-se perceber que esta não é uma atividade fácil de ser controlada. O que vem do mar sempre foi de quem chegasse primeiro e mantivesse segredo sobre a localização das áreas mais piscosas.

Denunciar excessos nesse sentido nem sempre é recomendável. As autoridades sempre foram vistas como inimigas pelas populações mais pobres e, no caso das localidades pesqueiras, ainda há uma forte tradição de ajuda mútua. Acusar um vizinho pode significar represálias como agressões físicas. Por esses mesmos motivos, é difícil eleger membros das comunidades como fiscais, embora sejam os mais bem situados para exercer qualquer controle.

O declínio da pesca artesanal, associado ao baixo custo dos equipamentos para produção de moluscos, levou a um grande crescimento desta atividade, antes que houvesse tempo para maiores regulamentações. As normas vão surgindo aos poucos, resultando de muitos embates de interesses e provocando outros tantos. Se antes era mais fácil estabelecer-se como maricultor, novas regras estão aumentando cada vez mais as exigências, seja em termos do conhecimento do produtor, seja em qualidade dos equipamentos.

Segundo Vinatea (2000, p. 111/112) e informações obtidas junto aos técnicos do setor, o acesso às baías para fins de maricultura encontra-se regulamentado pela associação de maricultores e pela EPAGRI, e cabe a esta última tramitar as licenças dos interessados em se iniciarem nesta atividade junto a outros órgãos. Junto à Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina – FATMA deve ser obtida a licença ambiental; junto ao Ministério da Agricultura, o registro de maricultor que, até abril de 2000, era fornecido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA⁹; a Secretaria do Patrimônio da União - SPU confere se a área requisitada está entre as demarcadas para a aquíicultura; e a Capitania dos Portos do Ministério da Marinha verifica se não haverá interferência com as atividades de navegação.

⁹ Este órgão continua a ser ouvido, mas não diretamente pelo candidato a maricultor, sendo consultado pelo Ministério da Agricultura.

Cabe à EPAGRI também consultar a Prefeitura para saber se a demarcação da área não entra em conflito com os planos diretores do município. Como as áreas marítimas são da União, não se pode falar em propriedade das áreas, mas sim em posse.

São as associações de maricultores que, em assembléia geral, decidem sobre a admissão de novos associados. Como a maricultura foi iniciada no Estado com base em pesquisas desenvolvidas pela Universidade Federal de Santa Catarina, que é uma instituição pública de ensino, e com o apoio do principal órgão de extensão rural do Estado, a extinta ACARPESC, houve preocupação em priorizar o atendimento ao pescador artesanal. Porém, isto só foi possível no caso da mitilicultura, pois esta exige poucos investimentos. Tanto assim que mais de 80% dos produtores de mexilhões são pescadores. O mesmo não acontece no cultivo de ostras que, por exigir maiores investimentos, está nas mãos principalmente de empresários, mesmo que pequenos. Que a produção de mexilhões é mais “democrática” que a de ostras pode ser visto pelos números: temos atualmente, em Santa Catarina, cerca de 1.050 produtores de mexilhões para cerca de 100 produtores de ostras.

No momento, a EPAGRI está procurando incentivar a cultura de mexilhões em áreas mais distantes da praia, onde se precisa de mais investimentos, tendo como justificativa o aumento da produção, com conseqüente acréscimo de empregos, ao mesmo tempo em que minimiza a sobrecarga dos ambientes de cultivo próximos à costa. Está havendo um estímulo ao desenvolvimento de uma mentalidade mais empresarial por parte dos ex-pescadores, hoje cultivadores. Há, porém, riscos nesta atitude, no sentido de diminuir o papel social que está tendo a maricultura, possibilitando melhores alternativas de vida a populações de baixa renda. Não devemos nos esquecer do quanto a extensão rural foi seletiva no Brasil, tendo criado grandes contingentes de excluídos, parte dos quais se integraram ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Dependendo do modelo de desenvolvimento que for adotado para a produção marítima, poderemos ter os “sem-mar”.

Se levarmos em conta que há um mercado à espera, pois a produção atual não dá conta nem mesmo do consumo interno, podemos apostar em um aumento da disputa pelo recurso finito que são as áreas liberadas para cultivo.

Há países, cujo principal exemplo é o México, que estimulam a produção na forma de sistemas coletivizados, enfatizando a gestão através de condomínios, cooperativas, integrações e outras formas associativas. Embora haja exemplos bem-sucedidos desta forma de organização no estado, há fortes indícios de que os incentivos estejam na direção de uma mercantilização crescente. Surgiu, em 11 de abril de 2001, a Instrução Normativa Interministerial n.º 9¹⁰ que está provocando reações por sua pouca ênfase nas questões sociais. Preocupa-se mais com as regulamentações técnicas e, entre outras disposições, exige que as áreas de cultivo sejam individualizadas. Até o momento, a EPAGRI tem assumido a administração de muitas áreas, alocando os cultivos segundo normas que contemplam prioridades sociais. Foi dado um prazo para que os produtores se ajustem à nova legislação, mas os especialistas estão prevendo dificuldades, pois cada produtor, por pequeno que seja, terá que se ajustar a muitas exigências técnicas e enfrentar burocracias complicadas, pois, como já vimos, há muitos órgãos envolvidos. Isto não significa que não haja maricultores favoráveis à posse individual, mas sim que aí reside uma nova fonte de conflitos.

Obviamente nenhum dos especialistas entrevistados é contra normas que impliquem controle da qualidade e da pureza do produto. O que se alega é que as regras que se querem obedecidas no Brasil são muito mais rígidas que as observadas em países europeus também produtores de moluscos, como é o caso, por exemplo, da França. Preocupações higienistas, como mostra a história brasileira, podem conter em seu bojo reservas de mercado. Situação semelhante foi vivida no Oeste do Estado quando da

¹⁰ Diz respeito aos Ministérios da Agricultura e do Abastecimento; do Meio Ambiente; do Planejamento; Orçamento e Gestão; da Integração Nacional; e ao Comando da Marinha.

implantação de frigoríficos nos anos 70 e, atualmente, na questão da qualidade do leite. No primeiro caso, muitos suínos foram abatidos, e a produção caseira severamente restringida em função de as autoridades terem alegado presença de um mal contagioso, a “peste suína”. Até hoje a existência ou não da peste é assunto polêmico (PAULILO, 1990). Quanto ao leite, quando seu preço foi liberado depois de 45 anos de tabelamento, em 1990, surgiram sérios questionamentos sobre a qualidade do produto oriundo dos estabelecimentos mais rústicos, o tipo “C”, embora ele estivesse dentro dos padrões sanitários exigidos no País (PAULILO, 2001).

Ainda no que diz respeito à relação entre os maricultores e os órgãos oficiais, não se pode esquecer da forte influência do clientelismo, que se manifesta de várias formas. Uma delas é a longa permanência das mesmas pessoas nos cargos de direção das colônias (CÓRDOVA, 1986, entre outros). Nas entrevistas, a influência dos políticos locais nas decisões ligadas à pesca é explicitada sem nenhum pejo. Outra é a maneira como certas exigências são contornadas ao invés de serem cumpridas. Como exemplo, citamos uma entrevista em que um pescador estava descrevendo o aumento das exigências para se obter a carteira profissional, que hoje inclui prova escrita e teste de natação:

No meu tempo, eu chegava lá no balcão e pedia, eles davam. Mas agora ele (um camarada) foi sexta, sábado e vai voltar amanhã que é o último dia: natação, escrita (...) Eu também, se cair na água também não sei (nadar), eu só nado cachorrinho. Aí o homem que manda lá já entende que a gente já quer o documento porque é obrigado a fazer, aí já deixa passar.

“O homem que manda lá” deixa passar não só no teste de natação, como também na temida prova escrita: “Oh, senhora! Isso é que é duro, escrever né? Deus o livre!”. Quando insistimos sobre o destino dos pouco alfabetizados, eis a resposta: “eles deixam passar em branco”.

Essas soluções só são possíveis porque ser profissional da pesca é uma ocupação pouco invejada. Pode-se prever que a

entrada na maricultura de pessoas estranhas ao meio e a disputa cada vez maior por um pedaço de mar vão quebrar esses laços tradicionais de solidariedade e clientelismo, jogando o pescador em novas redes de relações que ele desconhece e, inclusive, teme.

Considerações finais

Esta pesquisa, por estar ainda em andamento, pouco conclui. Apenas reforça que, para ser fiel a seu objetivo principal, que é ver a maricultura do ponto de vista das relações de poder e das formas de legitimação que este poder busca, é importante desconstruir o discurso homogeneizador sobre a maricultura, muito utilizado politicamente no Estado, que a considera, sem problematizar, como uma alternativa para os pescadores artesanais que perderam suas condições de trabalho e como uma atividade que beneficia a família como um todo. Também chamamos a atenção para os riscos de se tomar as leis de mercado, construídas pelos homens, como inevitáveis. A exclusão dos pequenos produtores em decorrência da intensidade da competição não é “natural”, mas fruto do modelo de desenvolvimento que se quer implantado.

Com relação à maricultura como alternativa para as famílias de pescadores, em que pese sua real importância neste sentido, é preciso levar em conta as múltiplas possibilidades de exclusão que estão aparecendo: famílias com recursos e/ou instrução insuficientes para competir com os novos interessados na atividade; população costeira pobre que vive do turismo; população afetada pela poluição ambiental; mulheres que continuam dependendo dos maridos para qualquer movimentação no espaço público; mulheres assalariadas mal remuneradas, entre outros.

Referências bibliográficas

BECK, Anamaria. **Lavradores e pescadores; um estudo sobre trabalho familiar e trabalho acessório**. 1979. Trabalho apresentado em concurso para professor titular junto ao Depto de Ciências Sociais/UFSC. Florianópolis, mimeo.

- BULMER, Martin. Sampling. IN: BULMER & WARWICK (eds). **Social research in developing countries**. London: UCL Press, 1993, p. 91/99.
- CÓRDOVA, Raquel V. de. **Ficar em terra; o processo de migração de profissionais da pesca**. 1986. Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFSC. Florianópolis.
- EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. **Aquicultura e pesca em Santa Catarina**. 1999, mimeo.
- FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MARICULTORES DE SANTA CATARINA. *Maricultura em Santa Catarina*. Disponível na internet: <http://www.unilivre.org.br/centro/experiencias/experiencias/405.html>. Acesso no dia 21/6/2002.
- INSTITUTO CEPA/SC. **Informações da agricultura catarinense**. CD-ROM. 2000a
- _____. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 1999-2000**. Florianópolis: ICEPA/SC, 2000b.
- LABORATÓRIO DE CULTIVO DE MOLUSCOS MARINHOS. **Panorama de mitilicultura no Estado de Santa Catarina – Brasil e Panorama da ostreicultura em Santa Catarina**. Disponível via internet: <http://www.lcmm.ufsc.br/mexilha/panorama.htm>. Acesso no dia 21/03/02.
- MACHADO, Márcia. **Maricultura como base produtiva geradora de emprego e renda; estudo de caso para o distrito de Ribeirão da Ilha no município de Florianópolis-SC-Brasil**. 2002. Tese defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção/UFSC. Florianópolis.
- MARSDEN et al. **Constructing the countryside**. London: UCL Press, 1992, 220 p.
- MARTINELLO, Dirce M. **Santo Antônio de Lisboa: o pescador tecendo sua rede**. 1992, 197 p. Dissertação defendida junto ao Curso de Mestrado em Educação/UFSC. Florianópolis.

- MOLNAR, J. J. **Small-scale aquaculture as a sustainable rural livelihood: a global perspective**. 2000. Trabalho apresentado no X WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, Rio de Janeiro – Brasil (30 de julho a 5 de agosto).
- MURDOCH, J. & PRATT, A. C. Rural studies: modernism, postmodernism and the “post-rural”. *Journal of rural studies*. Great Britain, vol. 9, n. 4, p. 411/427, 1993.
- PAULILO, M. Ignez. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos**. Florianópolis: Ed. da UFSC/ FCC, 1990.
- PAULILO, M. Ignez. **Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio**. Cadernos de Pesquisa n. 21. Florianópolis: PPGSP/UFSC, p. 1/15, 1990.
- PAULILO, M. Ignez. **Leite: produção familiar, mercado e saúde pública**. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, n. 23. Florianópolis, 26 p., 2001.
- PELLEGRINI, Edenilse. **Trabalho e relações de gênero na maricultura**. Trabalho apresentado no ENCONTRO INTERNACIONAL “FAZENDO GÊNERO V”. Florianópolis, mimeo, 2002.
- PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Ed. da UFSC/ Ed Lunardelli, 1983.
- SCHÖBER, Juliana. Pesquisa impulsiona produção de camarões em viveiros e mercado de trabalho regional. *Revista Ciência e Cultura*. São Paulo, ano 54, n. 1, jul./ag./set., 2002.
- SCOTT, James C. **Domination and the arts of resistance: hidden transcripts**. New Haven and London: Yale University Press, 1990, 251 p.
- SOUZA, Marcelo J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. IN: CASTRO; GOMES e CORRÊA (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, (353 p), p.77/116.
- VINATEA, Luis A. **Modos de apropriação e gestão patrimonial de recursos costeiros; estudo de caso sobre o potencial e os riscos do cultivo de moluscos marinhos na Baía de Florianópolis, Santa Catarina, 2000**. Tese defendida junto ao Doutorado Interdisciplinar de Ciências Humanas/UFSC. Florianópolis.